

O Brasil em retrocesso?²

Prever um ou mais futuros possíveis para o Brasil é hoje particularmente difícil por duas razões: uma delas se deve ao contexto internacional que se encontra atualmente muito pouco estável; a outra se deve ao choque político que o país atravessa desde a eleição de um presidente que deseja romper com o passado de uma forma particularmente brutal e muitas vezes incoerente.

O contexto internacional é cada vez mais instável, com a ascensão da China e o declínio relativo dos Estados Unidos; as mudanças brutais nas “regras do jogo” que governaram a globalização do comércio até recentemente; o abrandamento do crescimento do comércio internacional e a adoção de medidas protecionistas; a transformação da tecnologia e o surgimento da inteligência artificial e das automações; a probabilidade significativa de uma crise financeira internacional.

À medida que os meses passam, a política econômica proposta pelo novo governo está cada vez mais sendo rejeitada, seja pelo Congresso ou pelo povo. Às vezes, afigura-se incoerente devido às declarações intempestivas, quer dos parentes do presidente (filhos que são deputado federal, senador da República ou vereador do Rio de Janeiro, conselheiros como Olavo de Carvalho), quer de ministros incompetentes em oposição ao ministro da economia ou ao vice-presidente. Assim, ela sofre de um déficit de racionalidade (HABERMAS, 1978), isto é, de uma incapacidade de implementar um programa econômico controverso, politicamente liberal, embora coxo. De fato, as linhas gerais até agora conhecidas mostram os germes de múltiplos dilemas entre soberania, liberalismo e intervencionismo. Ambos são capazes tanto de reviver oposições entre aqueles que apoiaram a chegada de Bolsonaro à Presidência quanto de promover os movimentos sociais.

1. Professor emérito da Universidade Paris-Norte e latino-americanista. Publicou, em 2014, *Des pays toujours émergents?*, edição La Documentation Française, *Collection: doc en poche, place au débat*; em 2019, publicou com Mylène Gaulard, *Economie politique de l'émergence, l'Amérique Latine*, *Collection Repère*, edição *La Découverte*.

2. Publicado originalmente em francês pela associação Attac, na publicação digital *Les Possibles*. “Dossier: Lien entre l'évolution des rapports internationaux et la démocratie”, com o título: *Le Brésil à reculons?*, n.20, Printemps 2019. Traduzido pelo professor Eleuterio Fernando da Silva Prado, a quem o autor agradece muito.

Surrealismo e inconsistências

Os exemplos inusitados, às vezes surrealistas, são numerosos. Um ministro da educação, depois demitido, afirmou que a ciência só pode ser entendida com a ajuda de Deus, que as universidades estão cheias de revolucionários marxistas e que é apropriado estimular a delação para caçá-los; outros acreditam que os índios se aproveitam da Amazônia e que seus direitos devem ser reduzidos. Entre os exemplos de excesso, inclui-se o caso de um ministro mais coerente (Paulo Guedes) que, em Washington, ante uma plateia de empresários norte-americanos, não hesitou em declarar que o presidente tem “bolas” para controlar as despesas públicas e que, em vista de seu crescimento nos últimos anos, a estrutura econômica do país pode agora ser comparada com a do “estatismo soviético” (*Valor Econômico*, 28 de janeiro de 2019). Guedes mantém controvérsias dentro do governo e mesmo entre ele e o presidente; por exemplo, ele não hesitou em se opor (respeitosamente) ao presidente afirmando que é necessário negociar com todos, incluindo a China, depois de o presidente ter afirmado que era necessário apoiar incondicionalmente a política de Trump contra a China, esquecendo-se de que a China é o principal comprador do Brasil. Ele ficou, então, surpreso ao descobrir que o setor agroindustrial que o apoiara de todo o coração até então, ficara contra ele. Este “Trump tropical”, como é muitas vezes descrito, se esquece que o Brasil não é os Estados Unidos e que não pode se envolver numa queda de braço com as mesmas chances de sucesso de Trump. A inconsistência de declarações como a transferência da embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém e o recuo posterior quando certos *lobbies* lhe lembraram que o Brasil é um dos principais exportadores de carne *halal* para os países árabes. Ele declarou, então, que é preciso perdoar o Holocausto, já que o nazismo havia ficado para trás, o que provocou ira de Israel. É possível multiplicar os exemplos: as ameaças de entrar em guerra contra a Venezuela, o apoio ao seu “conselheiro espiritual”, Olavo de Carvalho, um astrólogo brasileiro radicado nos EUA, que não hesita em insultar o vice-presidente Mourão e exigir o seu *impeachment*, assim como a demissão do ministro da economia, Paulo Guedes. No entanto, seria um erro subestimar o poder de abalar as conquistas sociais, a sociedade e a economia desta presidência que fere as instituições já enfraquecidas por anos de ditadura.

I. O Brasil é uma economia predominantemente rentista

A. Assim enunciado, este subtítulo pode surpreender ou mesmo chocar.

Não faz muito tempo (2007), o Brasil era apresentado não apenas como uma das economias mais poderosas do mundo, mas como um eldorado para investidores estrangeiros. Contrariamente ao que se possa ter escrito no passado, o Brasil não é uma economia emergente. Seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita no longo prazo não está se aproximando daqueles dos países avançados; cresceu ligeiramente no período entre 2004 e 2013 sob as presidências de Lula I, II e Rousseff I. O PIB per capita em relação ao dos Estados Unidos é aproximadamente o mesmo em 1960 e em 2016; enquanto a Coreia do Sul, que parte de um nível inferior, cruza o PIB per capita do Brasil em 1990 e atinge 50% dos Estados Unidos em 2016, de acordo com o Banco Mundial.

1) É de salientar que o comportamento dos empresários é fundamentalmente rentista, com algumas exceções. Os empresários preferem, por princípio, consumir, investir em produtos financeiros ou mesmo na produção de matérias-primas, em vez de fazê-lo na indústria, na inovação e nos chamados serviços dinâmicos.

As consequências são:

a) Uma taxa de investimento muito baixa. Em 2000, a taxa bruta de formação de capital fixo foi de 18,3% do PIB, em 2003, de 16,6%. Ela se estabeleceu em torno de 20 e 21% entre 2010 e 2013, mas, em seguida, caiu acentuadamente, chegando a 15,6% do PIB em 2017, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em comparação, esta taxa é de 31,1% do PIB na Coreia do Sul e chegou a 44,4% do PIB na China, em 2017. Em adição, tem-se que o gasto no desenvolvimento da pesquisa tecnológica é relativamente baixo, ou seja, 1,27% do PIB; eis que este chega a 4,24% na Coreia do Sul. A parcela das empresas que fazem esse tipo de gasto, de acordo com os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), é de 44,6%, enquanto na Coreia ele chega a 74,5%. A evolução da produtividade laboral tem sido modesta, da ordem de 1% ao ano durante várias décadas. Para finalizar, o grau da complexidade das exportações é cada vez mais frágil.³

3. A complexidade de uma economia depende do esforço realizado no desenvolvimento da pesquisa, quanto maior esta for, maior a probabilidade de que a economia possa produzir produtos complexos. As exportações têm duas características: ubiquidade e diversificação. A ubiquidade depende da escassez, que depende tanto dos recursos na-

b) Um nível de produtividade do trabalho na indústria brasileira também baixo: este chegou a ser três vezes menor do que na Coreia do Sul, em 2017, de acordo com a CNI.⁴ Ao comparar a lacuna de produtividade para a economia como um todo entre o Brasil e os Estados Unidos durante o longo período, em dólar constante de 2016, observa-se que essa lacuna está aumentando. No início de 1980, a proporção de produtividade média entre o Brasil e os Estados Unidos foi de 0,44; em 2017, ela chegou a 0,25 (IEDI, Carta Iedi, n. 918, 2019).

c) Uma tendência para a estagnação econômica do PIB per capita desde os anos 1990. Mais precisamente, de acordo com o IBGE, a taxa média de crescimento do PIB per capita anual foi de 0,96% entre 1980 e 1989, -0,13% entre 1990 e 1994, 0,66% entre 1995 e 1999, 1,93% entre 2000 e 2004; ou seja, ele cresceu um pouco mais nas presidências de Lula I (2003-2007) e II (2007-2011), assim como na de Rousseff I (2011-2015), ou seja, 2,41% em média entre 2005 e 2009, 2,29% entre 2010 e 2014.⁵ A crise se aprofundou em 2015 e 2016, a ponto de ser a mais severa desde 1930, pois a taxa de crescimento diminuiu acentuadamente: -3,8% em 2015 e -3,5% em 2016. A recuperação foi de 1,1% em 2017 e 2018, ou seja, quase nada per capita – ao contrário do que havia acontecido depois da recessão de 2009 já que, em 2010, atingiu um pico de 10%. No total, o crescimento per capita entre 2015 e 2018 foi de -1,89% por ano. O crescimento móvel acumulado entre o primeiro trimestre de 2014 e o último trimestre de 2018 foi de -8,1%; a recuperação acumulada, em seguida, foi de 3,1%. Entre o início da crise e o fim de 2018, o crescimento móvel acumulado chegou a -5%.

2) Com um crescimento tão baixo, a mobilidade social se mostra reduzida: a probabilidade de que o filho de uma pessoa pobre seja pobre quando atingir a idade adulta é muito alta, *a menos que* uma política voluntária de redistribuição da renda seja pos-

turais que o país tem ou não tem, ou da capacidade de produzir bens sofisticados que apenas alguns países podem produzir. Para isolar este último e construir um indicador de complexidade, procura-se utilizar a diversidade de exportações para mensurar o grau de ubiquidade e, portanto, de complexidade. O grau de complexidade das exportações latino-americanas é baixo e decrescente, diferentemente do observado em muitos países asiáticos (HAUSMANN; HIDALGO *et al.*, 2014). De acordo com a CNI, o índice de complexidade do Brasil chegou a 0,14 em 2016, enquanto atinge 2,8 na Coreia do Sul.

4. O PIB de cada um desses países está medido conforme a taxa de câmbio de paridade de poder de compra do ano de 2011.

5. Com, no entanto, períodos de forte desaceleração: em 2003, a taxa de crescimento foi de 1,2%, em 2009, de -0,7%, em 2014, de 0,5%, o que, em vista do crescimento populacional, corresponde a uma diminuição do PIB per capita.

ta em prática pelo governo, tal como: aumento do salário mínimo maior do que o crescimento da produtividade do trabalho, políticas diversas de assistência aos mais pobres como o Bolsa Família, o pagamento de pensões indexadas aos camponeses pobres e aos deficientes, mesmo quando não tenham contribuído.

Taxa de crescimento do salário mínimo em termos reais no Brasil

2000 – 2014 em %

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
5,5	8,9	-3,2	8,7	2,1	9,8	13,5	3,2	2,6	7,6	3	0,7	7,5	3	1	1

Fonte: IBGE, Ministério do Planejamento.

OBS.: De acordo com a lei, o salário mínimo é indexado à inflação do ano anterior e às taxas de crescimento do PIB dos últimos dois anos.

Produtividade e salários reais na indústria de transformação

Em reais, base 100 = 2004

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Produtividade	100	102	103,5	107,5	107,5	105,5	115	115	112,5	117	117	116
Salário	100	102,5	102,5	106	110	115	118,5	122,5	128,5	132	134	133

Fonte: Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec).

*janeiro-agosto de 2015.

Graças, em grande parte, às políticas sociais, ocorreu uma ligeira queda nas desigualdades na esfera dos ganhos da força de trabalho, até 2014. Com a crise econômica, a política de austeridade decidida por Rousseff II, seguida pela de Temer a partir de 2016, as desigualdades entre os rendimentos do trabalho passaram a subir novamente.

Coefficiente de Gini para a renda laboral⁶

1ºtri - 2012	1ºtri - 2014	1ºtri - 2015	1ºtri - 2016	1ºtri - 2017	1ºtri - 2018	4ºtri - 2018
0,526	0,515	0,515	0,515	0,528	0,527	0,533

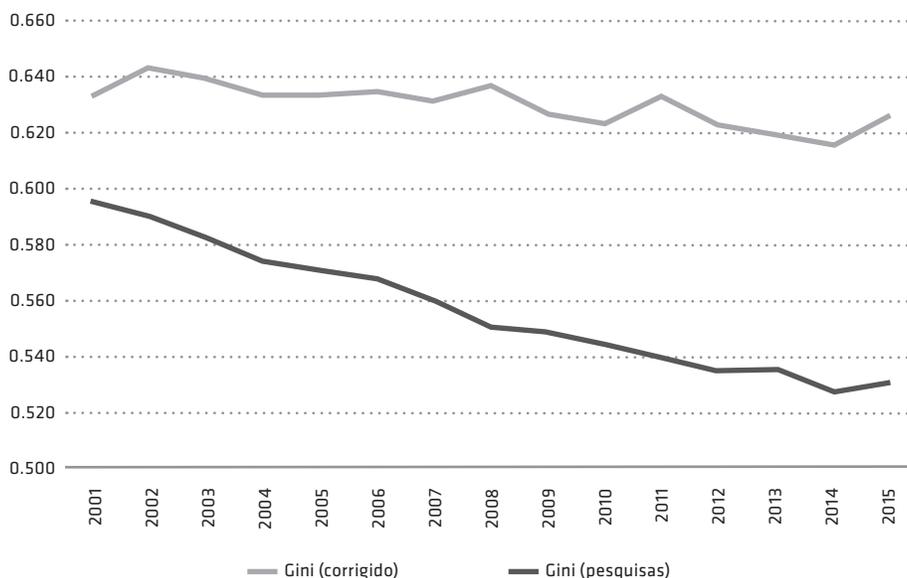
Fonte: Ipea/Pnad; *Valor Econômico*, 21 de março de 2019.

6. O coeficiente de Gini é um indicador global de desigualdade que relaciona as porcentagens da população com as porcentagens de renda distribuída. População e renda, em porcentagens, formam ambos os lados de um quadrado. A interseção do eixo y e x define uma linha curva denominada Curva de Lorenz. Ele mostra a distribuição pessoal da renda. A superfície entre esta curva e a diagonal, que divide a superfície do quadrado ao meio, é o indicador de desigualdade, o Gini. Quanto mais a Curva de Lorenz se aproxima da diagonal, menor é a área ocupada entre esta curva e a diagonal e, portanto, menor é o índice de Gini, e vice-versa.

O declínio da desigualdade de renda do trabalho durante as presidências Lula II e Dilma I foi acompanhado por um aumento na desigualdade de renda pessoal, ao contrário do que afirmaram os discursos oficiais; e isto foi demonstrado por economistas que usaram não só os dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), mas também as informações do imposto de renda de pessoa física (IRPF) para os 10% mais ricos. Assim, de acordo com os cálculos de Morgan (2018), o coeficiente de Gini não declinou como foi anunciado.⁷

Gini: Brasil, 2001-2015, antes de impostos e transferências

Inclui pensões, aposentadorias e subsídio ao desemprego

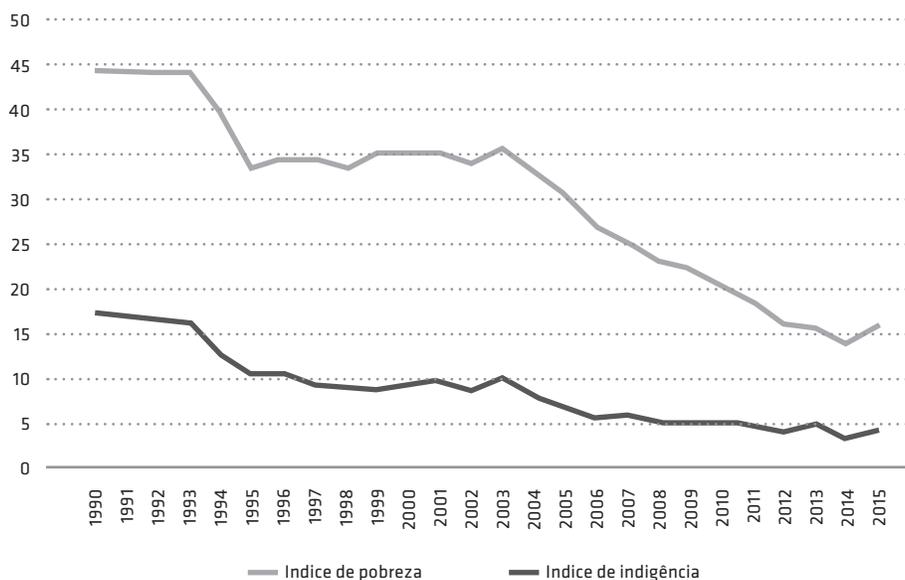


Fonte: Morgan, 2018, p. 69.

7. De acordo com Medeiros *et al* (2014), a relação entre as receitas do 0,1% e do 1% atingiu 43,2 ao usar dados tributários e não 24,2 como se obtém pelos dados da Pnad, entre 2006 e 2012, por exemplo. O mesmo acontece entre os ganhos do 0,1% e dos 5% que passa de 24,6 para 10,1, entre 1% e 5% que vai de 56,7 para 41,6, respectivamente. Esta subestimação parece maior e mais importante. Isto porque as subestimas estão preocupadas com os rendimentos recebidos pelas pessoas (salários, rendimentos dos trabalhadores por conta própria, dividendos, juros recebidos etc.). Mais e mais, os rendimentos dos mais ricos são considerados como rendas de negócios, sendo, portanto, contabilizados como lucros; ora a progressividade dos impostos aí é menos elevada. Por conseguinte, não são considerados como rendimentos recebidos pelos indivíduos nem são contabilizados como tais pelas pesquisas, o que conduz a uma subestimativa do grau de desigualdade (SALAMA, 2015).

3) A diminuição da pobreza⁸ entre 2002 e 2014 foi considerável. Entre 2002 e 2013, a razão entre famílias pobres sobre o número de famílias na população diminuiu de 45% para 15%, aquela de agregados familiares indigentes reduziu-se de 10% para 5,3%. A metodologia para medir a pobreza mudou em novembro em 2015. De acordo com as estimativas de Sonia Rocha (2018), a pobreza aumentou de 13,8% em 2014 para 16% em 2015 e a indigência de 3,4% para 4,2%. Esse aumento continuou em 2016 e em 2017 segundo o IBGE; de acordo com a nova metodologia, 26,5% da população seria pobre, a proporção de crianças pobres (menores de 14 anos) subiu um pouco, de 42,9% para 43,4%. Isto se deve ao aumento significativo do desemprego, dos empregos em tempo parcial e a um declínio moderado em salários reais.

Evolução dos índices de pobreza e de indigência no Brasil

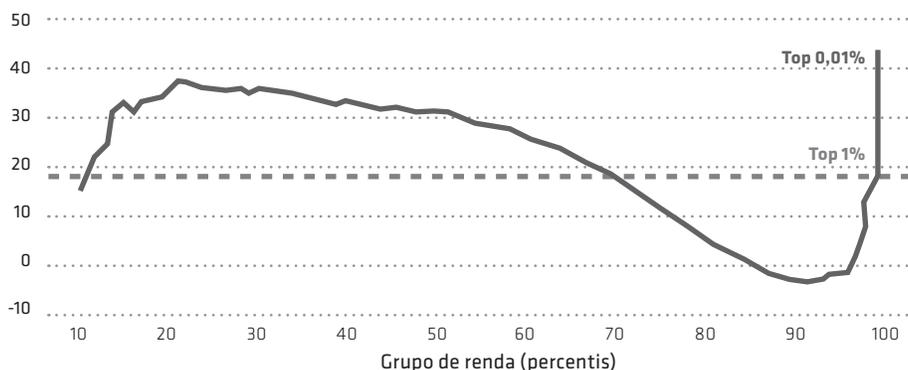


Fonte: ROCHA, 2018

8. Como ocorre nos chamados países em desenvolvimento, a pobreza no Brasil é medida de forma absoluta. É pobre o indivíduo (a família) que não tem uma renda que permita a compra de bens de consumo cujo conteúdo calórico deve permitir a sua reprodução física, assim como o pagamento de uma série de serviços (habitação, transporte etc.). A pobreza extrema ou a indigência individual (de agregados familiares) atinge aqueles cujos rendimentos não lhes permitem adquirir os bens de consumo necessários para a sua reprodução física. A pobreza absoluta pode ser erradicada.

O aumento do poder aquisitivo acumulado entre 2002 e 2014, acima da média do crescimento acumulado do PIB ao longo do mesmo período, favoreceu fortemente os 20% mais pobres e ligeiramente menos os decils seguintes. Mas isto ocorreu em detrimento das classes médias: o aumento do seu poder aquisitivo acumulado foi bem menor, abaixo da mediana.

O elefante brasileiro⁹



Fonte: Datafolha *apud* MORGAN, 2018.
Eixo vertical: crescimento da renda entre 2002 e 2014;
Eixo horizontal: decis dos mais pobres aos mais ricos.

Inversamente, as rendas acumuladas dos percentis quatro e cinco mais elevados aumentaram fortemente, em especial as do 1% e do 0,1% mais ricos; estes se beneficiaram intensamente da renda de capital financeiro, que se elevou. Com a crise, parte das classes médias experimentou uma regressão absoluta de seu poder aquisitivo, bem como os vulneráveis e os pobres.

O rebaixamento das oportunidades reais dos jovens das novas classes médias aumentou. Os dados são eloquentes: 38% dos trabalhadores que concluíram o ensino superior passaram a ocupar empregos menos qualificados do que poderiam ter reivindicado, essa percentagem equivale a 44% para a faixa etária de 24 a 35 anos. Esses percentuais foram menores em 2012: 33,4% e 38,4%, respectivamente (*Valor Econômico*, 13 de dezembro de 2018, de acordo com dados do Ipea e Pnad).

9. De acordo com a expressão utilizada por Branko Milanovic.

4) A volatilidade acentua a desigualdade não somente entre as rendas do capital e do trabalho, mas também dentro da renda laboral.

A renda de capital aumentou significativamente durante a fase de recuperação. De acordo com o jornal *Valor Econômico*, entre 2017 e 2018, os lucros operacionais aumentaram 38,1%, os dividendos distribuídos cresceram 100,6% para as 237 maiores empresas não financeiras; ademais, ocorreu um aumento considerável nos lucros dos bancos, assim como nos dividendos pagos por eles. Este, porém, não é o caso da renda laboral desde 2014.¹⁰ Ela diminuiu, ainda que bem menos em relação à taxa de desemprego, que aumentou. A reforma do código do trabalho facilitou o desenvolvimento do trabalho em tempo parcial e a precarização (LEITE, 2019), propiciando, assim, a redução desses rendimentos.

A renda mensal média real do trabalho (assalariado formal, informal, itinerante e emprego público) aumentou ligeiramente entre novembro de 2014 e janeiro de 2015, de R\$ 2.221,00 para R\$ 2.250,00. Em seguida, declinou para R\$ 2.150,00 (junho 2016) e, em seguida, progrediu ligeiramente entre junho de 2016 e novembro de 2018 para chegar a R\$ 2.238,00. No total, a diminuição da renda mensal média não foi muito grande, porém, a compressão da massa de renda se mostrou bem maior: entre fevereiro de 2015 e junho de 2016, ela mudou de R\$ 202 bi para R\$ 190 bi. Esta diminuição se deveu principalmente à diminuição do número de postos de trabalho e, consequentemente, da elevação do desemprego. A folha de pagamento aumentou no final da crise e atingiu, em novembro de 2018, o valor de R\$ 203,47 bi. O emprego foi mais afetado pela crise do que a renda laboral. Isso diferencia o Brasil da Argentina; a crise econômica neste último país fez com que os rendimentos do trabalho caíssem acentuadamente em 2018.

Observa-se uma maior desigualdade entre os rendimentos do trabalho devido ao aumento do desemprego e ao aumento diferenciado da informalidade. De acordo com o IBGE e a Pnad, a taxa de desemprego subiu de 6,8% da população econômica ativa, em 2014, para 12,8%, em 2017, e 12,3%, em 2018. A informalidade aumentou para as pessoas pertencentes à classe E cujos rendimentos são, no máximo, equivalentes a dois salários mínimos: de 50% em 2012 para 52,8% em setembro de 2017. Também aumen-

10. De acordo com o *Valor Econômico* de 28 de janeiro de 2019, o lucro líquido dos três bancos principais ascendeu a 59,7 bilhões de reais em 2018, dos quais 61,7% foram distribuídos principalmente como dividendos. O ministro da economia propôs reduzir os impostos sobre o rendimento das empresas, incluindo as financeiras, com a finalidade de aumentar os dividendos e os juros recebidos, a fim de incentivá-los a investir.

tou para as pessoas pertencentes à classe D – cujo rendimento é entre dois a quatro salários mínimos – de 30% para 33,6% entre as mesmas datas. A informalidade estabilizou em 24,7% para as pessoas pertencentes à classe C – cujos rendimentos variaram de quatro a dez salários mínimos, ou seja, para as classes média baixa e intermediária. Diminuiu, porém, para as pessoas pertencentes à classe B – cujos rendimentos são entre dez e vinte salários mínimos, ou seja, a classe média alta e, finalmente, para os mais ricos, a classe A, cujos rendimentos vão além de vinte salários mínimos de acordo com o IBGE e o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV).

B. A desindustrialização produz uma crise latente

1) Da desindustrialização...

A desindustrialização do Brasil é prematura.¹¹ Na América Latina, esse fenômeno tendeu a chegar muito mais cedo do que nos países avançados; daí, o uso do adjetivo “precoce”. Ele é utilizado quando o rendimento per capita *corresponde à metade da-quele dos países avançados ao se iniciar* o processo de desindustrialização.

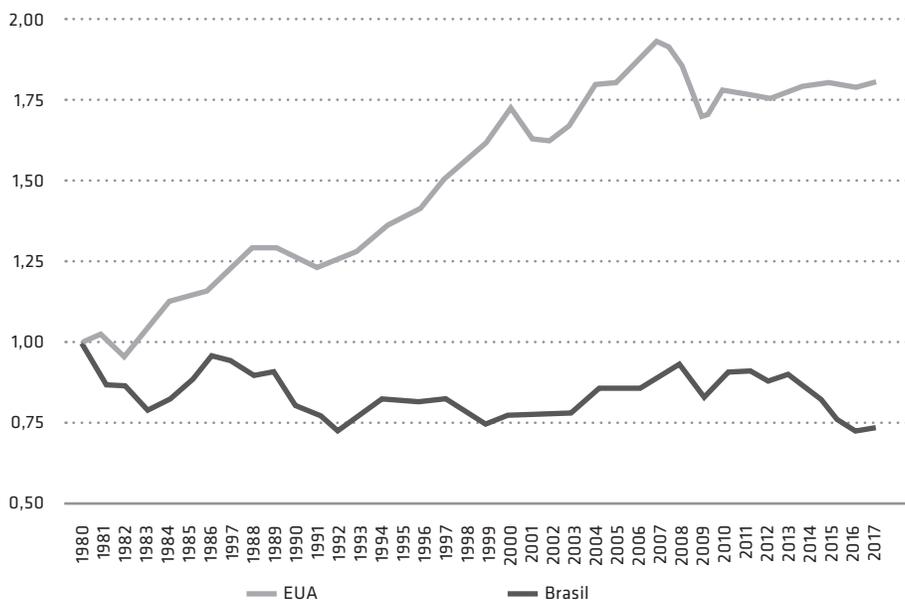
O PIB real per capita da indústria no Brasil não atingiu o nível de 1980, mas nos Estados Unidos ele aumentou em mais de 60% no mesmo período. O peso relativo da indústria de transformação no PIB vai de 24% em 1980 para 13% em 2014 e 10% em 2017 (IEDI, 2018, p.22). A parcela da indústria de transformação brasileira na indústria de transformação mundial (em valor adicionado) foi de 2,7% em 1980, 3,1% em 2005 e 1,8% em 2016, de acordo com o Iedi (2018, p.25). Na China, esta parcela foi de 11,7% em 2005 para 24,4% em 2016. Portanto, enquanto declina relativamente no Brasil, sobe acentuadamente na China. O valor adicionado da indústria de transformação cresceu em média de 1,7% por ano entre 2005 e 2010, em comparação com 2,4% por ano para a indústria de transformação global. Diminuiu de -0,9% ao ano entre 2010 e 2016, enquanto aumentou 3% ao ano no mundo entre as mesmas datas. O valor adi-

11. No Brasil, a indústria é constituída pelas indústrias de transformação, indústrias extrativas, incluindo-se, às vezes, a indústria da construção. Ao analisar as séries temporais é necessário ter em conta que toda uma série de serviços, antes internos às empresas, agora foram terceirizados, sendo, por isso, contabilizados muitas vezes como serviços. Note-se que essa desindustrialização não foi inevitável. Austrália, Nova Zelândia, Indonésia e Noruega mostraram que é possível exportar matérias-primas, evitando a desindustrialização precoce.

cionado da indústria de transformação brasileira em relação ao valor acrescentado da mesma indústria globalmente é de 2,90% em 2005 e 2% em 2017 (em dólares constantes, IEDI, Carta Iedi, n. 890, 2018). As exportações de manufatura estão declinando em termos relativos no Brasil, de 53% do valor das exportações em 2005 para 35% em 2012, em favor das exportações de matérias-primas agrícolas e mineradoras. Apenas a partir de fevereiro de 2016 puderam crescer devido a uma forte desvalorização do real em 2015 e a queda nos preços dos produtos. O seu peso, em valor, nas exportações mundiais dos produtos industriais passou de 0,8% para 0,61% entre 2005 e 2017.

PIB real per capita da indústria de transformação

Estados Unidos e Brasil, 1980-2017



Fonte: IEDI, Carta Iedi, n. 890, 2018. Nota: 1980 = 1

O saldo da balança comercial de produtos na indústria de transformação tornou-se negativo em 2008. O déficit ganhou impulso apenas em 2017 de tal modo que o saldo se aproximou do equilíbrio. Apenas as exportações industriais de baixa tecnologia mantiveram um saldo positivo ao longo desse período; todas as outras experimentaram um déficit significativo e crescente até 2015.

Taxa de crescimento anual das exportações da indústria de transformação por intensidade tecnológica, 2010-2017

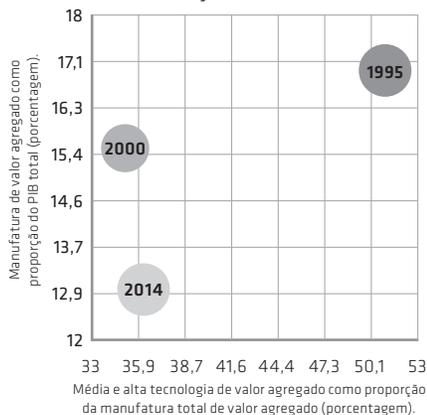
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alta Tecnologia	3,2	2,6	4	-3,2	-0,7	2,7	5	1,4
Média-Alta Tecnologia	33,5	17,9	-4,8	-2	-13,5	-11	2,4	20,8
Média-Baixa Tecnologia	17	32,5	-1,2	8,7	-13,3	-11	-1,5	4
Baixa Tecnologia	22,2	15,8	-2,8	-0,1	-3,8	-10,9	1,6	6,6

Fonte: IEDI - Carta IEDI, n. 830, 2018. (elaboração com base na taxonomia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE]).

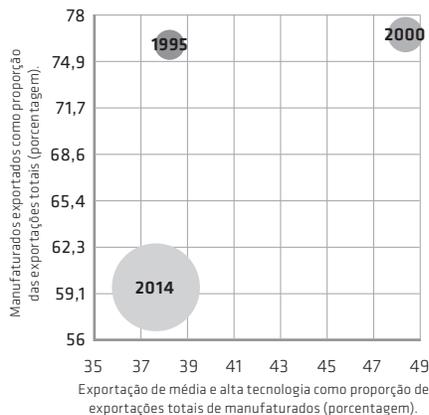
OBS.: A faixa acinzentada (grifo do autor) refere-se aos anos de crise.

As exportações de produtos de média e alta tecnologias do Brasil são relativamente baixas em termos relativos quando comparadas com as dos países avançados e com a maioria dos países emergentes asiáticos. Este é também o caso de três países exportadores de *commodities* (Noruega, Austrália e Nova Zelândia), mas, ao contrário do Brasil, esses três países têm capacitação tecnológica, medida por gastos de pesquisa e desenvolvimento, muito mais elevados (COATZ *et al.*, 2018). O estudo de 2018 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi/Unido), dedicado ao Brasil, confirma este diagnóstico: a participação de produtos da indústria de alta e média tecnologia no valor adicionado da indústria, bem como o peso da indústria transformadora no PIB caiu fortemente de 1996 a 2016. A participação das exportações de manufatura de alta e média tecnologia nas exportações de manufatura também diminuiu de 2000 para 2016, bem como a participação das exportações de produtos manufaturados no total das exportações. O tecido industrial brasileiro, apesar de enfraquecido pela desindustrialização, mantém, no entanto, alguns florões. Ora, isto explica que o déficit, em 2015, poderia ter sido reduzido graças, principalmente, à desvalorização, ao declínio moderado dos salários e à crise, pois os produtos destinados ao mercado interno foram parcialmente exportados.

Estrutura da Produção



Estrutura do Comércio



Fonte: UNIDO, 2016, p.47.

OBS.:A importância dos círculos representados é um indicador da magnitude da produção de produtos de alta e média tecnologia (gráfico à esquerda); e das exportações desses produtos (gráfico à direita). A importância da produção manufatureira regride, mas a das exportações de manufatura cresce.

2) ... à crise

A desindustrialização precoce deve-se à falta de uma política cambial destinada a contrariar a valorização da moeda, à elevação dos salários acima da produtividade do trabalho, a qual, aliás, tem sido muito fraca, assim como devido à relativa ausência de uma política industrial que se oponha a certos efeitos deletérios sobre a competitividade.

O aumento dos preços das *commodities* nos últimos quinze anos, a elevação significativa do volume de tais exportações e a entrada de capital estrangeiro no Brasil tiveram como efeito apreciar a moeda brasileira em termos reais em comparação com o dólar. Esta apreciação foi mais ou menos combatida na presidência de Dilma I; ademais, ocorreu uma depreciação acentuada em 2015. A valorização da moeda nacional tem efeitos perversos, os quais os economistas geralmente denominam de “doença holandesa” ou *dutch disease*. As políticas de esterilização de liquidez causadas por este tipo de “bonança” podem combatê-la, mas elas não foram aplicadas sistematicamente, exceto de forma irregular na presidência de Rousseff I.¹²

12. Os *lobbies* financeiros foram eficazes em abrandar tanto quanto possível as políticas de esterilização de divisas destinadas a mitigar a apreciação da moeda. As tentativas da presidente Dilma Rousseff de favorecer a indústria por meio da redução da taxa de juros e da depreciação da moeda, não durou diante da violência da oposição e apesar do

Taxa de câmbio efetiva real do Real, 2004-2017

2010 = 100

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
58,1	70,9	79,1	85	88,8	88	100	103,5	93,2	87,9	87,1	73,4	78,3	88,8

Fonte: Banco Mundial, <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/px.rer.reer>.

OBS.: (grifos do autor) Em cinza indicam-se os períodos de apreciação cambial.

A valorização da taxa de câmbio a médio prazo, intercalada com desvalorizações mais ou menos significativas, não foi compensada por esforços para aumentar a produtividade laboral. Não só o aumento da produtividade do trabalho na indústria de transformação foi muito modesto (e desigual, dependendo dos setores, da dimensão das empresas e de sua nacionalidade), mas foi acompanhado por fortes aumentos salariais, pelo menos para as escalas mais baixas. Por causa da grande, muito grande, desigualdade de renda, esses aumentos salariais são justificados de um ponto de vista ético. Entretanto, se não forem acompanhados por uma política industrial destinada a aumentar a produtividade e se ocorrem junto com uma apreciação da moeda nacional, uma queda da competitividade do tecido industrial certamente sobrevém.¹³ A abundância de divisas provenientes da venda de matérias-primas permitiu, assim, que parte da procura fosse satisfeita pelo crescimento das importações.

A competitividade da indústria de transformação, o setor mais exposto à concorrência internacional, deteriorou-se no período. Apesar do menor custo em moeda local das importações de bens de capital importados e dos produtos intermediários, o aumento do custo unitário do trabalho amputou a rentabilidade. E assim é porque o impacto total sobre os preços os torna mais rígidos para cima devido ao aumento da concorrência internacio-

apoio inicial, tímido, do setor industrial. A timidez do apoio se explica devido ao fato de que as ligações entre as finanças e as indústrias estão cada vez mais próximas, principalmente no caso das grandes empresas. Em consequência, ela teve que abandonar esta política econômica.

13. Os dados comparativos (relativos ao Brasil e a Coreia do Sul) fornecidos pela CNI (2018, p.92) são interessantes e revelam os problemas que o Brasil está vivenciando e que são causados principalmente pela redução da despesa pública em infraestruturas físicas desde o Consenso de Washington: a) a densidade de trilhos ferroviários por 100 km² é de 3,5 no Brasil e de 40,8 na Coreia do Sul, em 2016; b) em uma escala de 1 a 7, os serviços portuários têm um índice de 3,6 no Brasil e de 5,3 na Coreia do Sul, em 2017; c) o índice composto de eficiência do transporte marítimo (número de navios, capacidade responsável etc.) é 38,2 no Brasil e 118,8 na Coreia do Sul; em uma escala de 1 a 10, o índice de infraestrutura de telecomunicações é 6,16 para o Brasil e 9,45 para a Coreia do Sul; o custo em dólares por kWh de energia para a indústria é de 0,17 para o Brasil e 0,9 para a Coreia do Sul etc. Além desses índices, há de se mencionar o esforço insuficiente na educação e no desenvolvimento de pesquisa (como já indicados acima).

nal nos setores expostos. O impacto na rentabilidade das empresas (ver tabela abaixo), em consequência, anunciou a crise do ano de 2014 e, especialmente, dos anos de 2015 e 2016.

Lucro líquido na indústria de transformação como % do PIB brasileiro

2005-2014 (sem a Petrobras)

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1,38	1,25	1,49	1,06	1,26	1,26	0,86	0,70	0,76	0,78

Fonte: Nota Cemic, 06/2015.

Em resumo, a valorização da moeda nacional enfraquece o tecido industrial, reduz a rentabilidade das empresas na indústria de transformação, promove o investimento em atividades rentistas, o que explica assim o baixo nível de investimento em atividades produtivas no médio prazo, especialmente quando comparados aos dos países asiáticos. Foi isto que fermentou a crise.

II. Crescimento sem fôlego e déficit de racionalidade

A. Crescimento sem fôlego

1) A nova presidência herda uma situação econômica contrastada: bons fundamentos, por um lado, mas, por outro, uma situação social muito deteriorada, uma inserção internacional problemática, assim como certa incapacidade de recuperação após a crise de 2015-2016.

Ao final de 2018, alguns fundamentos pareciam positivos: havia um pequeno déficit no saldo da conta corrente: -0,7% do PIB; um saldo primário do orçamento (ou seja, sem o serviço da dívida pública) de -2,3% do PIB declinante; eis que a crise mascara, no entanto, um déficit nominal ainda muito elevado: -7,3% do PIB devido ao peso do serviço da dívida; uma taxa moderada de inflação (3,75% ao ano para IPCA, o índice de preços ao consumidor); elevadas reservas internacionais (US\$ 375 bi); as quais se formaram principalmente devido às entradas de capital, especialmente de investimento direto estrangeiro (US\$ 79 bi em 2018).

Saldos orçamentários em % do PIB entre dezembro de 2007 e dezembro de 2017

	Excedente/déficit primário	Taxa de juros Selic	Déficit orçamentário
Dez-07	3,24	-5,98	-2,74
Dez-08	3,33	-5,32	-1,99
Dez-09	1,94	-5,13	-3,19
Dez-10	2,62	-5,03	-2,41
Dez-11	2,94	-5,41	-2,47
Dez-12	2,18	-4,44	-2,26
Dez-13	1,71	-4,67	-2,96
Dez-14	-0,56	-5,39	-5,95
Dez-15	-1,85	-8,36	-10,22
Dez-16	-2,49	-6,5	-8,99
Dez-17	-1,69	-6,11	-7,8

Fonte: OCDE, 2018, p.28

Os aspectos negativos são principalmente um crescimento sem fôlego: 1,2% em 2018 (após 1,1% em 2017) e muito provavelmente algo em torno de 1,5% em 2019. Em vez de uma esperada recuperação mais rápida após a crise de 2015-2016, tem-se agora uma taxa de desemprego de dois dígitos, uma precariedade crescente, degradação e desfiliação sindical, uma dívida pública significativa e uma incapacidade crescente de se integrar positivamente na divisão internacional do trabalho.

O tecido industrial, embora enfraquecido, retém ainda capacidade de resposta à demanda internacional. Foi isso o que aconteceu na forte desvalorização decidida no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Tem-se, agora, em complemento, uma diminuição relativa dos salários em virtude da própria crise (ver a próxima tabela). Se o tecido industrial conserva ainda essa capacidade de resposta, é porque não foi completamente destruído. No entanto, sua complexidade agora é menor, as vantagens comparativas reveladas deterioraram-se mesmo que o Brasil mantenha ainda alguns florões. O crescimento das exportações é apenas elevado em produtos de média-alta tecnologia e média-baixa tecnologia, o que é insuficiente para estimular uma economia relativamente fechada.

A forte recuperação das exportações não é acompanhada por um crescimento significativo da indústria e do PIB. Este último ainda está sem fôlego. Portanto, a política agora defendida de liberalização do comércio externo para estimular o crescimento é quase

surreal por duas razões: os países avançados estão implementando medidas protecionistas. Estamos provavelmente diante de uma desglobalização parcial (ou seja, por uma “*slow globalization*”, tal como foi chamada pelo *The Economist*). O impulso de crescimento no Brasil se encontra mais na ascensão do mercado interno do que no mercado externo, devido à baixa abertura de sua economia. A liberalização do comércio exterior para impulsionar o crescimento do PIB é uma aposta arriscada; advém mais de um dogma do que do pragmatismo dos dirigentes políticos. A probabilidade de ganhar com uma abertura é baixa no curto prazo, especialmente porque o mundo tende a se tornar mais protecionista.

2) A retomada do crescimento sustentado não pode vir senão de um *boom* no mercado interno, o qual, no entanto, só será sustentável se a produção se tornar competitiva.

Saldo da balança corrente e saldo financeiro, em % do PIB, 2000-2017¹⁴

	Entradas líquidas de IED	Entradas líquidas em Portfólio	Outras entradas líquidas	Saldo da conta corrente	Conta financeira (não reserva)
2000	4,65	1,061	-2,67	-3,784	3,012
2001	4,41	0,013	0,56	-4,235	4,908
2002	2,76	-1,002	-0,03	-1,586	1,657
2003	1,77	0,951	-1,70	0,673	0,990
2004	1,24	-0,710	-1,44	1,696	-1,013
2005	1,40	0,548	-2,93	1,520	-0,978
2006	-0,84	0,819	1,59	1,176	1,575
2007	1,969	3,485	1,03	0,029	6,441
2008	1,451	0,174	0,26	-1,808	1,875
2009	2,161	3,127	-0,91	-1,575	4,379
2010	2,794	3,030	-0,15	-3,434	5,667
2011	3,254	1,577	0,44	-2,946	5,273
2012	3,301	0,641	-0,17	-3,010	3,766
2013	2,195	1,326	-0,82	-3,028	2,702
2014	2,897	1,564	0,13	-4,242	4,538
2015	3,400	1,236	-1,29	-3,302	3,151
2016	3,646	-1,071	-1,22	-1,312	1,429
2017	3,200	-0,756	-1,89	-0,487	0,515

Fonte: OCDE, 2018, p. 22.

14. O saldo da conta corrente como % do PIB é constituído pela soma do saldo da balança comercial e dos serviços (juros pagos, dividendos e lucros repatriados, transferências de imigrantes, *royalties*, transportes, seguros etc.).

Anteriormente, a restrição externa foi levantada graças à bonança proporcionada pela venda de matérias-primas e a entrada de investimento estrangeiro direto. O aumento do poder de compra foi satisfeito pelas importações, mas em detrimento da produção doméstica. Esta se mostrou incapaz de superar as restrições competitivas impostas pela globalização comercial, estando ainda sujeita a uma deterioração dos seus custos unitários de trabalho. A reprimarização da economia com a ascensão das atividades rentistas contém um triplo aspecto: positivo, pois tornou possível um aumento no poder de compra; negativo, porque esgarçou o tecido industrial em seus ramos mais dinâmicos e preparou, assim, uma crise no futuro. Negativo, finalmente, porque a riqueza capitalista passou a vir da renda e não da exploração da força de trabalho. A reprimarização, uma miragem de riqueza, cria um tipo de capitalismo, qual seja ele, um capitalismo cada vez mais dependente do preço das matérias-primas, um capitalismo incapaz de revolucionar as práticas de produção.

B. O ponto de viragem ultraliberal, as dificuldades de traduzi-lo em ação e o déficit de racionalidade

A nova presidência quer recuperar o crescimento por meio de redução das taxas de juro, privatização massiva, diminuição dos impostos e das despesas públicas. Ademais, ela deseja questionar algumas das conquistas do movimento social, seja por meio de uma reforma do sistema de previdência, que venha favorecer a capitalização em detrimento do sistema de repartição, seja por meio de uma desindexação do salário mínimo. Este será, assim, reduzido, primeiro, por meio do crescimento e, depois, por meio do aumento dos preços. A desindexação das pensões baseadas no salário mínimo para aqueles que não contribuíram porque eram pobres. Assim, a redução da pobreza fica agora na dependência da retomada do crescimento e não da solidariedade nacional.

1) O novo governo considera possível reviver o investimento por meio de três tipos de medidas: privatização maciça, aumento das parcerias público-privadas e reduções da taxa de juros.

A primeira dessas medidas, a mais emblemática delas, mas também a mais problemática, deve angariar apoio do setor financeiro, mas também das grandes empresas es-

trangeiras, atraídas particularmente pelos possíveis ganhos na compra das grandes empresas mais rentáveis, assim como, também, pelos lucros potenciais. De outro lado, a venda das “joias da coroa” pode ter a oposição das forças armadas e do próprio presidente, provavelmente ainda preocupado com a soberania nacional, a qual seria prejudicada por essas privatizações. Ele já manifestou esse tipo de oposição em relação à Petrobras.

A segunda medida diz respeito às parcerias público-privadas. Até a presente data, ainda não ocorreram investimentos maciços em infraestrutura por este meio, tal como os governos anteriores esperavam. Ela foi usada principalmente para tirar do orçamento certas despesas de investimento, permitindo, assim, limitar as despesas de aluguéis durante períodos relativamente longos, deixando que alcance, no final, somas astronômicas.

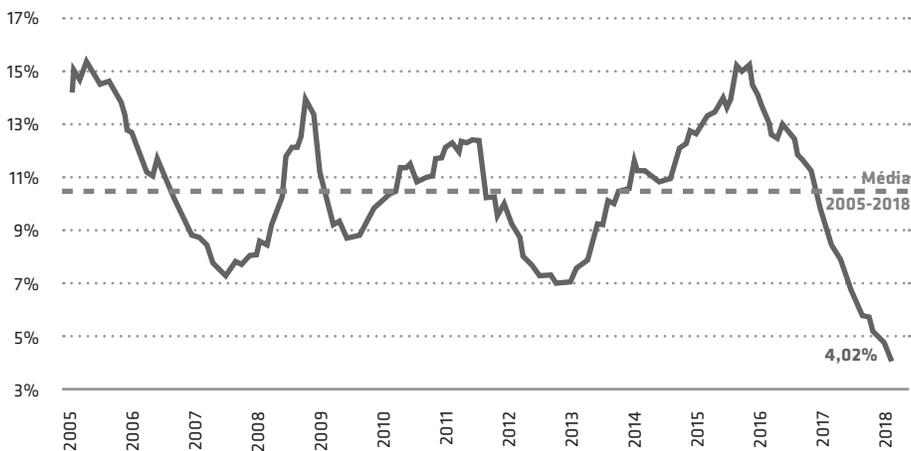
A terceira medida poderia ser mais eficaz. Concerne às taxas de juro excepcionalmente elevadas e à relação entre o setor industrial, o Estado e o setor financeiro que daí resultam. De acordo com o ministro da economia, por um lado, o serviço da dívida pública equivale a um Plano Marshall pago anualmente ao setor financeiro e, por outro lado, as elevadas taxas de juro impedem o crescimento do investimento. Se se adiciona os *spreads* cobrados pelos bancos sobre estas taxas, “justificados” como cobertura pela inadimplência, tem-se juros que são mais de dez vezes superiores aos praticados na maioria dos países emergentes. Constituem-se carga muito pesada para as empresas, mesmo se estas gozam de isenções e obtêm acesso a financiamento com taxas mais reduzidas; essa carga freia os investimentos e o crédito ao consumidor; ademais, ela endivida excessivamente os consumidores.¹⁵ As taxas de juro muito elevadas alimentam os comportamentos rentistas, inclusive no setor industrial; as aplicações financeiras são aí até mais vantajosas do que a exploração dos trabalhadores. Este é também um dos argumentos – tal como a desigualdade de renda muito alta numa economia relativamente fechada – que podem explicar a tendência à estagnação econômica (SALAMA, 2006).

Nos últimos dois anos, a taxa de juro básica (Selic) diminuiu acentuadamente devido à redução da inflação; assim, a taxa de juro real diminuiu consideravelmente, permitindo ao Estado financiar a um custo mais baixo o seu considerável déficit orçamentário. A despesa com a dívida pública interna passou de mais de 8% do PIB para pouco

15. As grandes empresas tiveram acesso a empréstimos com taxas de juros muito mais baixas, graças ao apoio do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); a população mais pobre pode comprar casas com taxas de juros mais baixas.

mais de 6%. Essa queda se afigurou como uma verdadeira revolução¹⁶ que o ministro da economia parece querer dar continuidade a fim de reviver o investimento. No entanto, o diferencial da taxa básica de juros entre o Brasil e os Estados Unidos ainda permanece bastante alto, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Diferencial de taxa básica de juros entre o Brasil e os Estados Unidos



Fonte: Bradesco e Bloomberg.

Sabe-se que, nos países avançados, a política monetária parece ter perdido a sua eficácia na elevação do crescimento. A redução das taxas de juros no Brasil teria também perdido a sua eficácia?

De acordo com Larry Summers, a tendência à estagnação se deve ao declínio da taxa de juros compatível com o pleno emprego e com inflação baixa (da sigla em inglês, FERIR – *full-employment real interest rate*). Há duas possibilidades para reviver o crescimento. A primeira é diminuir a taxa de juros nominal até o ponto em que a taxa de juros real se torna negativa. Nesse caso, o risco é de que assim se promova uma retomada da inflação, assim como instabilidade nos mercados financeiros, o que deve au-

16. Mas, em geral, os empréstimos privados (créditos de consumo, cartões de crédito) continuaram a manter taxas de juros leoninas. Elas compensaram para os bancos, parcialmente, a perda de lucros causada pelo declínio da taxa de juros básica.

mentar a taxa de desemprego. A segunda, na linha keynesiana, consiste em atuar sobre a demanda, aumentando em particular os investimentos públicos; nesse caso, o risco é aumentar ainda mais o déficit orçamentário. Como este último já é importante e como a razão entre a dívida pública e o PIB está crescendo, parece mais adequado agir em favor de uma redistribuição do rendimento buscando menos desigualdade, a fim de aumentar a propensão para gastar e reduzir o excesso de poupança. Este último eleva a concentração da renda, algo que se torna cada vez mais socialmente insustentável.

Há, portanto, uma insuficiência dos instrumentos monetários tradicionais para fazer reviver o crescimento: a política monetária não tem mais eficácia e pode gerar riscos inflacionários e, acima de tudo, riscos financeiros, o que coloca em risco o nível do emprego. Torna-se, portanto, impossível atender simultaneamente a busca do pleno emprego, um renascimento do crescimento e a estabilidade financeira, apenas manipulando para baixo a taxa de juros. Essa consideração ajuda a compreender a tendência à estagnação no Brasil? A resposta é negativa porque a taxa de juros real se manteve muito alta, por muito tempo. A política monetária não pode explicar a tendência à estagnação observada durante tanto tempo. Por certo, as altas taxas de juros atuam a favor da financeirização e são, em parte, uma das causas dessa tendência à estagnação. Embora tenha havido uma redução substancial da taxa de juros nos últimos anos, o diferencial em relação a taxa de juros dos EUA continua a ser muito grande. É preciso ver, no entanto, que a política monetária recente não estimulou a atividade econômica. Desse ponto de vista, a política monetária perdeu em parte a sua eficácia, mas não é isto o que explicaria a tendência de estagnação econômica.

Inspirado na “teoria monetária moderna” (TMM), Lara Resende recentemente reviveu o debate sobre as taxas de juros e os impostos. A taxa de juros é muito alta e, por isso, a sua redução é bem-vinda. O ideal seria que a taxa básica de juros fosse inferior à taxa de crescimento: menos dívida pública como porcentagem do PIB e mais bem-estar com o mesmo déficit do governo. O que retarda o crescimento é de fato o excesso de Estado, de acordo com Lara Resende. No *Valor Econômico* de 11 de março de 2019, o autor propõe uma nova síntese entre Keynes e Laffer: eis que a moeda é endógena e a criação de dinheiro não está na origem da inflação. O Estado não tem restrição financeira porque ele controla a emissão de sua moeda. Seria, portanto, um erro procurar combater a inflação por meio da redução da emissão de dinheiro. Mas também seria um erro procurar aumentar os impostos para limitar o déficit orçamentário; ao seu ver, seria melhor limitar as despesas. De acordo com esta abordagem, o imposto serve para

reduzir parcialmente as despesas privadas quando estas pressionam a capacidade de produção da economia. Se eles se tornam insuficientes para conter o excesso de demanda, isto causaria inflação. No entanto, referindo-se a Abba Lerner, economista neokeynesiano, Lara Resende reconheceu que uma política fiscal poderia ser necessária para recuperar o pleno emprego. Mas, ao contrário de Lerner, Lara Resende considera que seria mais eficaz atuar sobre a despesa, mantendo o seu volume constante, ao invés de aumentá-la; eis que, assim, se evitaria um aumento dos impostos.

2) Duas observações, uma primeira sobre a moeda e uma segunda sobre o aumento de impostos. A moeda não é apenas uma unidade de conta, é também um ativo. O real, ademais, não é uma divisa chave. A função de reserva de valor da moeda, meio de circulação para aquisição de bens duráveis, pode ser cumprida pelo dólar, especialmente em tempos de crise. Como surge da decisão dos agentes, esse fenômeno foi chamado de dolarização passiva. A restrição financeira existente é, portanto, mais ou menos elevada. A segunda diz respeito aos impostos. Esta é uma antiga tese, desenvolvida por muitos economistas liberais: o efeito de um excesso de impostos seria necessariamente o de reduzir a poupança destinada ao investimento. A diminuição da pressão fiscal deve, portanto, incentivar o investimento; como o crescimento é assim recuperado, a receita fiscal se eleva, apesar e por meio da redução das taxas. Este é o princípio da curva de Laffer. O problema é que esta suposta eficácia é mais mito do que análise séria. As despesas públicas, financiadas pelas receitas fiscais, na maioria das vezes favorecem as economias externas, têm efeitos multiplicadores que podem produzir uma melhor rentabilidade para o setor privado, exceto quando se destinam ao serviço da dívida. O aumento da poupança por meio da diminuição da pressão fiscal não se destina necessariamente ao investimento produtivo, pois pode ser atraído pelos títulos da dívida pública, pelos investimentos financeiros.

Há também a possibilidade de impulsionar o crescimento por meio de uma demanda crescente. A decisão de investir depende principalmente da rentabilidade esperada e esta última depende da demanda e do impacto da concorrência internacional e não tanto das facilidades de financiamento oferecidas por uma baixa taxa de juros. Por outro lado, a redução das taxas de juros é suscetível de enfraquecer a arbitragem, ou seja, optar por obter lucros aplicando em produtos financeiros ou investir bem na indústria. É necessário aumentar a procura e reduzir o custo da oferta, especialmente para produtos sofisticados, num contexto internacional desfavorável. Esta contra-

dição aparente pode ser suprimida no curto prazo graças a um excedente na balança comercial, que, tal como foi visto, tem efeitos adversos, pois contribui para a apreciação da moeda, mas pode oferecer uma oportunidade para aumentar as importações e para reduzir a capacidade de produção ociosa (isto é importante: esta última estava em 19% na indústria em 2014 e em 23% em 2018, quando a competitividade, finalmente, foi melhorada por meio de uma desvalorização cambial). A longo prazo, esta possibilidade só pode ser sustentável se forem implementadas medidas estruturais: melhoria significativa da produtividade, manutenção de uma taxa de câmbio depreciada e uma reforma do sistema fiscal por meio da qual ele deixa de ser regressivo.

3) Reforma da previdência como um sinal forte dado ao mercado financeiro

O apoio do setor financeiro à reforma vem mais da perspectiva de ganhos que advirão das esperadas privatizações e do crescimento de um sistema de aposentadoria pelo sistema de capitalização do que da diminuição das taxas de juros. Estas foram a “vaca de leite” dos superlucros dos bancos nas últimas décadas. É suficiente que um desses programas não possa ser alcançado – seja por razões de soberania, seja por causa da oposição do Congresso ou da população, seja ainda devido à perda de credibilidade do presidente – para que a lua de mel entre os mercados financeiros e o ministro da economia se evapore.

Há dois projetos de reforma previdenciária, um explícito e outro implícito: o primeiro aponta para uma reforma dos sistemas de pensões dos trabalhadores do setor privado e do setor público; o segundo, mais ou menos subentendido, consiste em usar esta reforma como um Cavalo de Troia para introduzir um sistema de capitalização.

O projeto de reforma explícito

Segundo a proposta de reforma que está no Congresso, a economia para o Estado poderia ser de R\$ 1,072 tri em dez anos. É isto que pretende o projeto. Porém, não é de todo certo que possa ser votado tal como se apresenta agora. Pode ser que não. A oposição está forte no Congresso, assim como também está forte na população. A popu-

laridade do presidente diminuiu acentuadamente e, quanto mais tempo passar, mais difícil será encontrar uma maioria para aprovar o projeto sem qualquer adoçante.¹⁷

De acordo com dados oficiais, o número de crianças por mulher no Brasil diminuiu acentuadamente. Era de 6,3 crianças nos anos 1960, passou a 1,9 nos anos 2010 e deve estar em 1,7 nos anos 2020. Espera-se que a população comece a diminuir de forma absoluta já em 2050. De acordo com o Banco Mundial, a relação da dependência – a relação da população acima de 65 anos com aquela situada entre os 15 e 64 anos – tem aumentado: 5,9 em 1960; 6,5 em 1980; 7,8 em 2000; e, finalmente, 12,3 em 2017. Espera-se que chegue a 19,8 em 2030. A velocidade de aumento dessa razão se deve ao declínio rápido na fertilidade e ao alongamento da vida.

O custo do sistema previdenciário apenas para o setor privado é agora de 8,5% do PIB. Com a adição das aposentadorias do serviço público, dos pagamentos aos camponeses e aos deficientes que não contribuíram, o custo estimado atinge 13% do PIB. Ora, isto é equivalente ao custo do sistema francês, enquanto as pirâmides das idades são diferentes.¹⁸ De acordo com projeções oficiais, ele chegará a 60% do PIB em 2060, tudo o mais constante. São projeções surrealistas na medida em que não se pode manter “tudo o mais constante” numa perspectiva de 40 anos à frente. Na verdade, são “projeções destinadas a assustar e a legitimar a necessidade de uma reforma radical”.

Segundo o projeto, os homens trabalharão até 65 anos em vez de 61 anos, e as mulheres, até 62 anos em vez de 56 anos. O período de contribuição para se beneficiar de aposentadoria seria de 40 anos para obter a aposentadoria de taxa total (contra 35 para homens e 30 para mulheres, hoje). Após 20 anos de contribuições, seria possível obter uma pensão, mas limitada a 60%. A aposentadoria deve ser calculada em 100% das contribuições do trabalhador contra 80% hoje, o que significa uma diminuição no montante da pensão. O limite de previdência privada é fixado em R\$ 5.839,00, aproximadamente US\$ 1.400,00. O teto máximo no setor público parece ser mais elevado. As contribuições seguem uma escala gradual: em vez de três faixas do setor privado, haverá quatro faixas. A primeira parcela, calculada para aqueles que recebem

17. A pesquisa do Datafolha, publicada em 10 de abril, revela que 51% dos inquiridos são contra e 41% a favor desta reforma; 53% daqueles que ganham até 2 salários mínimos também se manifestaram contra e 37% a favor. Ademais, 56% das mulheres e 48% dos homens disseram não à reforma (*FOLHA DE S. PAULO*, 10 de abril de 2019).

18. Não é possível entrar aqui na discussão do déficit atual, senão para lembrar que algumas das contribuições são transferidas para alimentar outras despesas (*LAVINAS*, 2017).

até um salário mínimo, será de 7,5%, a quarta parcela, para aqueles que recebem entre R\$ 3.001,00 e R\$ 5.839,00 estará entre 9,5% e 11,68%, mais do que atualmente. No setor público haverá oito fatias. A primeira parcela, até 1 salário mínimo, será de 7,5%, tal como no privado, mas a última parcela ficará entre 16,79% e 22% para aqueles que ganham mais de R\$ 30 mil. Tornar-se-á impossível acumular pensões. Finalmente, o subsídio recebido pelos pobres que não contribuíram não seria mais indexado ao salário mínimo; está estabelecido em apenas R\$ 400,00. O que vai ser recebido pelos professores, políticos e militares obedece a regimes um pouco mais favoráveis. Com desvantagens: doravante, os militares terão de contribuir, o que não fizeram até agora; os políticos só poderão receber segundo o teto de R\$ 5.839,00.

O projeto implícito. A combinação da capitalização obrigatória e da repartição mínima.

O objetivo do governo é reduzir significativamente as despesas públicas, fazendo com que estas cheguem ao fim do mandato da atual presidência em 20% do PIB; para tanto, será preciso reduzir essas despesas como percentagem do PIB em pelo menos 40%. É a partir destes dois dados que se devem considerar as discussões sobre a reforma do sistema de aposentadorias no Brasil. Os poucos países latino-americanos que têm uma pressão fiscal baixa são aqueles que adotaram o sistema de capitalização obrigatório. Eles reservaram para uma parte da população, para os mais necessitados, em geral com empregos informais, assim como para certos segmentos desta população – como as forças armadas e os servidores públicos – um sistema de repartição com um nível relativamente baixo de pagamento. Nesse quadro, a discussão sobre se a aposentadoria cheia pode ser obtida aos 62 anos para homens e aos 57 anos para as mulheres, sobre o tempo de contribuição, tal como defendido pelo presidente, ou como preferiria o seu ministro, 65 anos e 60 anos, é de interesse relativo. A verdadeira discussão, aquela que interessa ao mercado financeiro, é a da transição impositiva para um sistema de capitalização obrigatório, limitando assim a cobertura do sistema de repartição. Desse modo, por um lado, o déficit e, assim, a pressão orçamentária seriam reduzidos e, por outro lado, os mercados financeiros poderiam ter mais liquidez para especular ou mesmo financiar investimentos.

Conclusão

A América Latina nunca conheceu um milagre econômico. A reprimarização de suas economias, assim como a consequente desindustrialização precoce, trouxe consigo maior vulnerabilidade. A pobreza diminuiu, mas as rendas relativas dos estratos médio-baixo e médio se reduziram, eventualmente, gerando frustração. Após ter declinado no Sul e no centro do país, com Lula I, II e Rousseff I, a violência aumentou de novo acentuadamente. As categorias mais ricas se enriqueceram e, quando a crise veio, os partidos progressistas foram todos facilmente tomados como bodes expiatórios. Foi dito, então, que eles haviam impedido o enriquecimento dos mais ricos e permitido o empobrecimento relativo de uma grande parte das camadas médias. Ademais, eles foram atingidos, tal como os outros partidos, pela gangrena da corrupção.

É possível que as reformas planejadas não possam ser implementadas e que os conflitos de interesses conduzam a reformas profundamente edulcoradas. “Gritos de alarme” já pontilham nas revistas financeiras. O crescimento só poderia vir dessas reformas – dizem – sem as quais o país vai afundar na crise. O problema é que muitas dessas reformas liberalizantes já foram empreendidas, tal como a do mercado de trabalho. E, mesmo assim, a taxa de crescimento continua muito baixa e, a cada dia que passa, faz-se uma previsão mais baixa de crescimento futuro. Na verdade, o Brasil paga um preço alto pelos erros de política econômica de Lula e Dilma Rousseff, pelo liberalismo sem conteúdo social de Temer e agora de Bolsonaro. O peso deste, entretanto, é de ordem completamente diferente em relação aos erros anteriores apontados. O Brasil paga um preço alto devido à manipulação das instituições, enfraquecidas por anos de ditadura, à expulsão de Dilma Rousseff da presidência e à imposição atual de uma política mais dura de liberalização econômica. Subsiste uma esperança de evitar os efeitos deletérios dos escândalos de corrupção, mas este último ponto está longe de ser alcançado.

O déficit de racionalidade está aumentando. Até onde ele vai? O que vem aí? Um *impeachment* do presidente pelo vice-presidente apoiado pelos militares? A saída do presidente apoiado pelas seitas religiosas? O retorno da esquerda?

Referências

- COATZ, D.; GARCIA DIAZ, F.; PORTA, F.; SCHTEINGART, D. Incentivos y trayectorias de cambio estructural. In: MERCADO, R. (org.). *Ensayos sobre desarrollo sostenible*. La dimensión económica de la Agenda 2030 en la Argentina. Buenos Aires: PNUD, 2018. p. 89-162
- CNI. *Relatório: Competitividade Brasil, 2018-2019*. 2018.
- HABERMAS, J. [1978] *Raison et légitimité*, Paris: Édition Payot, 2018.
- HAUSMANN, R.; HIDALGO, C. *et al. The Atlas of Economic Complexity, Mapping Paths to Perspectives*. Center for International Development, Harvard University, Harvard Kennedy School, Macro Connections MIT Media Lab, 2014.
- IEDI. *Indústria e o Brasil no futuro*. 2018.
- _____. Carta Iedi. Vários números.
- LAVINAS, Lena. *The takeover of social policy by financialization, the Brazilian paradox*. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- LEITE, M. *Les Réformes dans la législation du travail. Brésil et France dans une perspective comparative (mimeo)* Cesit, Unicamp, p. 1-13, 2019.
- MEDEIROS, M. *et al. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012, mimeo*, Universidade de Brasília, 2014.
- MORGAN, M. Falling Inequality beneath extreme and persistent concentration: new evidence for brazil combining national account, Survey and Fiscal Data. *WID, Working paper*, n. 12 , p. 1-78, 2018.
- Valor Econômico e Folha de S. Paulo, vários números.
- OCDE. *Economic Survey, Brazil*. 2018.
- OCDE/CEPAL. *Latin American Economic Outlook, 2012*.
- ROCHA, S. *Economic Crisis and Poverty in Brazil, mimeo*, p.1-14, 2018.
- SALAMA, P. Pourquoi une telle incapacité d'atteindre une croissance élevée et régulière en Amérique Latine?, *Revue Tiers Monde*, n. 185, p. 129-154, 2006.
- _____. Des pays toujours émergents? Édition La documentation française, 2014.
- _____. Se redujo la desigualdad en America Latina? Notas sobre una ilusion, *Nueva Sociedad*, n. 257, 2015.
- UNIDO. *Competitive Industrial and Performance Report*. Brasil. 2016 e 2018.